

EMBAIXADA DO BRASIL EM DÍLI

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADOR ALDEMO SERAFIM GARCIA

INTRODUÇÃO

Durante os quatro anos em que atuei como embaixador do Brasil no Timor-Leste, testemunhei a trajetória de um país ainda em construção, lutando para consolidar a sua jovem democracia e tentando colher os frutos das descobertas recentes de campos petrolíferos no Mar do Timor. Timor-Leste comemorou em agosto do ano passado os 20 anos da realização do referendo de 1999, que garantiu sua independência como o primeiro Estado soberano do século XXI, depois de 25 anos de ocupação indonésia, que resultou na morte de cerca de 200 mil timorenses.

2. Mesmo sendo um dos países mais novos do mundo, Timor-Leste alcançou a posição de país mais democrático do Sudeste Asiático, segundo relatório de 2019 da ONG americana Freedom House, superando, portanto, países como Singapura, Malásia, Indonésia e Filipinas. O relatório louva o fato de que o jovem país foi capaz de realizar várias eleições justas e transparentes e de fazer transferência de poder pacífica, possibilitando que novos partidos e candidatos participem do sistema político. Não obstante, deve-se observar que a democracia funciona com dificuldades, com problemas sérios de coabitação e frequentes impasses políticos.

3. A economia de Timor-Leste é totalmente dependente dos recursos obtidos a partir da exploração dos campos de petróleo e gás do Mar do Timor, situado entre o país e a Austrália. Não há outra atividade econômica minimamente rentável, capaz de garantir a entrada de recursos, por isso os investimentos e gastos públicos são todos baseados na renda do petróleo. A reserva de gás "Greater Sunrise", uma das maiores, foi centro de delicada negociação envolvendo Austrália e empresas multinacionais e deverá começar a ser explorada nos próximos anos.

POLÍTICA INTERNA

4. Para entender o momento atual da política interna timorense, cabe recordar os principais acontecimentos da história recente do país, que conduziram o Timor-Leste na longa e complexa luta pela estabilização política e pelo crescimento econômico até os dias atuais.

5. O papel da Organização das Nações Unidas na estabilização política do novo Estado timorense foi fundamental. Anexada pela Indonésia em 1975, a antiga colônia portuguesa lutou contra o domínio de Jacarta até 1999. Com a queda do regime ditatorial do presidente Suharto na Indonésia, em 1998, e em razão da pressão da opinião pública internacional, a Indonésia aceitou a realização de uma consulta popular no Timor. A ONU organizou um referendo em 1999 e o povo timorense decidiu por esmagadora maioria de 78% pela restauração da independência. Quando o resultado do referendo foi divulgado, milícias organizadas e apoiadas por militares da Indonésia saíram às ruas e provocaram um verdadeiro massacre. As milícias mataram aproximadamente 1.400 timorenses e forçaram cerca de 300 mil pessoas a se refugiarem nas montanhas e na parte ocidental da ilha do Timor. A maior parte da infraestrutura do país, incluindo casas, sistemas de irrigação, sistemas de suprimento de água, escolas e quase todas as instalações elétricas do país foram destruídas.

6. Para restabelecer a ordem no país, a ONU enviou ao Timor-Leste, em setembro de 1999, uma força de manutenção da paz liderada por tropas australianas. Em maio de 2002, Timor-Leste finalmente foi reconhecido internacionalmente como um Estado independente.

7. Importa observar que, entre 1999 e 2002, o brasileiro Sérgio Vieira de Mello atuou no país como administrador transitório (espécie de governador-geral) das Nações Unidas e representante especial do secretário-geral da ONU, Kofi Annan. Até hoje a memória do brasileiro é reverenciada em virtude da contribuição que prestou para a criação das bases do Estado nacional timorense. As forças de paz da ONU permaneceram por 10 anos no Timor-Leste e seu êxito foi responsável pela estabilidade política do país a partir de então.

8. Após a independência, uma assembleia constituinte foi eleita. Em maio de 2002, foram realizadas as primeiras eleições no país e

Xanana Gusmão, líder histórico da guerrilha de combate às forças de ocupação, foi eleito o primeiro presidente do Timor-Leste independente. José Ramos-Horta, prêmio Nobel da Paz, sucedeu Gusmão na presidência timorense.

9. Em 2006, tensões políticas internas ameaçaram a segurança da jovem nação timorense, quando uma greve policial causou violência e quebra da lei e da ordem no país. A pedido do Timor-Leste, o conselho de segurança da ONU enviou uma força internacional de estabilização liderada pela Austrália, composta de 1.600 soldados e policiais. A estabilidade no país foi restaurada, o que permitiu a realização de eleições presidenciais e parlamentares em 2007 numa atmosfera pacífica.

10. Em 2008, um grupo rebelde conduziu um ataque contra o então presidente e o primeiro-ministro. O líder do atentado foi morto e a maioria dos rebeldes se entregou. Em 2012, a pedido do governo timorense, a ONU encerrou a missão de estabilização no país e retirou suas tropas. Nos anos seguintes, o país usufruiu de um dos mais longos períodos de estabilidade pós-independência, incluindo eleições presidenciais e parlamentares em 2012, que levaram a uma transição pacífica de poder em 2015.

11. Em 2018, eleições parlamentares antecipadas foram ganhas com maioria absoluta pela denominada Aliança de Mudança para o Progresso (AMP), uma coligação de três partidos formada pelo Congresso Nacional de Reconstrução Timorense (CNRT), pelo Partido de Libertação Popular (PLP) e pelo KHUNTO. Entretanto, o atual presidente da república, Francisco Guterres Lu-Olo - que é também presidente da Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (Fretilin) - não deu posse a nove membros indicados a ministros pelo CNRT, por alegado envolvimento em casos de corrupção. Isso provocou tensão no seio da coligação, que foi crescendo até a rejeição da proposta de Orçamento Geral do Estado para 2020, no início deste ano, com os votos contrários dos deputados do CNRT.

12. Esse fato levou o atual primeiro-ministro, Taur Matan Ruak, a apresentar pedido de demissão em fevereiro passado sem que o presidente Lu-Olo tenha-se pronunciado durante dois meses sobre o assunto. Em decorrência da crise da pandemia de covid-19, o chefe de governo voltou atrás e, em março, retirou o pedido de demissão. Paralelamente o presidente da república iniciou uma rodada de

diálogos com os partidos políticos, após a qual nasceu uma nova aliança majoritária de seis partidos, liderada pelo CNRT, de Xanana Gusmão.

13. Mais recentemente, a Fretilin, maior partido no Parlamento, anunciou uma plataforma de entendimento com o PLP, para apoiar o atual governo, a que se juntou depois o KHUNTO, que acabou abandonando a aliança com o CNRT. Após perder a maioria no Parlamento, o CNRT retirou, em maio, os ministros indicados pelo partido e anunciou que fará oposição ao atual governo.

14. O primeiro-ministro anunciou então oficialmente a formação de uma nova coligação de governo com a Fretilin, o PLP e o KHUNTO, com maioria de 36 dos 65 deputados do Parlamento. Os novos ministros da coligação tomaram posse no dia 29 de maio. A formação dessa nova maioria, encabeçada pela Fretilin, constitui-se numa grande derrota para o líder carismático e ex-presidente Xanana Gusmão. Espera-se que essa nova maioria garanta estabilidade política para que o VIII Governo Constitucional, liderado pelo primeiro-ministro Taur Matan Ruak, tenha condições de governar até 2023, data das próximas eleições legislativas.

ECONOMIA TIMORENSE

15. O Banco Mundial estima que a economia timorense tenha crescido 3% em 2019, recuperando-se da recessão dos dois anos anteriores, estimulada pelo gasto público e privado. O déficit fiscal em 2019 foi de 31% do PIB, e teve de ser financiado pelos saques do Fundo Petrolífero do país, fundo este que é alimentado pelas receitas petrolíferas que Timor-Leste recebe da Austrália, cuja soma total está em torno de USD 17 bilhões. O Fundo Petrolífero tem importância estratégica para o país.

16. Em março de 2020, o Banco Mundial divulgou novo relatório semestral levando em conta o impacto da pandemia de covid-19 na Ásia e Pacífico. Segundo o documento, o PIB de Timor-Leste deve recuar 2,8% em 2020 devido principalmente ao efeito negativo do covid-19 na atividade econômica. A projeção anterior era de crescimento de 4,6%.

17. O Banco Mundial prevê que a pandemia afetará severamente a atividade econômica doméstica, em razão das rigorosas restrições de viagem e das medidas de saúde pública para conter a sua propagação. Entre as principais causas para a retração da economia em 2020, além da pandemia, está também a rejeição, pelo Parlamento, do orçamento nacional para 2020. Em razão dos impasses políticos, os gastos públicos, o principal motor da economia local, serão limitados até que o congresso aprove o novo orçamento anual.

18. A única exportação significativa de Timor-Leste é o café. Observe-se que os hidrocarbonetos são excluídos das exportações e são contabilizados como créditos de renda. A baixíssima capacidade de exportação e a extrema dependência das importações (inclusive de alimentos) faz com que o país tenha enorme déficit na balança comercial.

19. O país deve, portanto, continuar a ser sustentado pelas reservas financeiras acumuladas a partir de sua produção de hidrocarbonetos. Não obstante, a queda nos preços do petróleo verificadas recentemente terá impacto nas reservas do país, juntamente com a diminuição e eventual exaustão da produção do campo de Bayu Undan.

20. Timor-Leste tem uma dívida externa pequena, devido à exploração de suas reservas de petróleo e gás. Mas essa situação pode não durar muito, à medida que o país utilize os fundos acumulados com a exploração de petróleo e gás e os campos sejam exauridos.

21. No horizonte de longo prazo, de acordo com relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI) , é crucial que Timor-Leste aumente a qualidade de sua governança institucional, diversifique a economia e tire proveito do dividendo demográfico que possui. As despesas do Estado constituem o motor mais importante do crescimento econômico timorense. Ao mesmo tempo, o governo precisa assegurar sustentabilidade fiscal e promover o investimento do setor privado para que sua economia deixe de ser dependente da renda do petróleo. Essa tensão entre a centralidade dos gastos governamentais (pessoal, investimento, obras públicas) e o déficit fiscal (sempre compensado pela renda dos hidrocarbonetos) é latente na economia do país.

22. Para o FMI, o Timor-Leste tem apresentado um progresso "impressionante" desde a independência em 2002, com estabilização política, melhoria da qualidade de vida dos habitantes e a implementação de uma estrutura institucional significativa para gerir a riqueza petrolífera. "Seguindo em frente, será crucial que Timor-Leste continue os esforços para diversificar a economia e alcançar um crescimento forte, sustentável e inclusivo do setor privado", considera aquela instituição.

Petróleo e Gás

23. As reservas de petróleo e gás no Mar do Timor, entre Timor-Leste e Austrália, é foco em torno do qual gravita conjunto de questões econômicas, jurídicas, geopolíticas e estratégicas de alta relevância.

24. No âmbito econômico, a renda advinda dos poços ativos é fundamental para o equilíbrio fiscal e para os investimentos do país. Timor-Leste não explora por si só nenhum de seus poços. No momento, todos eles são explorados pela Austrália, que paga altos royalties e negocia o que é extraído para seu proveito. A verba que ingressa nos cofres públicos de Timor-Leste não é contabilizada como exportação, mas, sim, vai para o fundo específico (Fundo do Petróleo) que só pode ser utilizado com a autorização do governo e do Parlamento. Por exemplo, em razão da pandemia de covid-19, o governo autorizou a utilização de USD 200 milhões do fundo petrolífero para gastos com renda familiar, apoio a empresas e outras medidas.

25. Em 2019, chegaram ao fim importantes negociações de fronteiras marítimas entre o Timor-Leste e a Austrália. O acordo final basicamente situa todos os poços relevantes no Mar de Timor dentro das águas territoriais deste país, como não poderia deixar de ser, posto que estão muito mais próximos do litoral timorense do que do australiano. As negociações foram conduzidas, pelo lado timorense, pelo líder histórico Xanana Gusmão, e foram consideradas uma vitória culminante de longa batalha política e jurídica que se iniciou antes mesmo da independência.

26. A vitória alcançada consolidou a posse timorense de vastas reservas e estabeleceu as bases para que Timor-Leste possa traçar

sua estratégia para a exploração do principal poço ainda não ativo no Mar de Timor, a reserva de gás Greater Sunrise.

27. Os direitos de explorar a reserva Greater Sunrise estavam, inicialmente, nas mãos da Austrália e do Timor-Leste ao abrigo do mesmo acordo internacional que baliza a exploração de outros campos de hidrocarbonetos em que os dois países são parceiros: empresas australianas retiram a riqueza do solo marítimo e vendem a produção enquanto Timor-Leste recebe royalties, sem desempenhar nenhum papel em qualquer fase da extração.

28. Mas, em relação ao Greater Sunrise, formou-se, ao longo dos últimos anos, espécie de consenso na classe política timorense em torno da ideia de que o país deve participar da extração e refino do gás do Greater Sunrise, em vez de apenas receber royalties. Timor-Leste passou a defender modelo segundo o qual, em vez de o gás ser levado até a Austrália para ser processado em seu território, utilizando infraestrutura de gasodutos e refinarias que já está pronta e ativa, deve ser construído novo gasoduto levando o gás do poço até o litoral sul do país, onde seria construída uma refinaria para o seu processamento. Após o processamento em solo timorense, o produto final seria vendido e a renda obtida repartida entre o governo e as empresas parceiras. Esta seria, afirmam os defensores da ideia, oportunidade impar para que Timor-Leste impulsionasse a sua industrialização, capacitasse a sua mão de obra técnica e adquirisse "know how" em áreas diversas como engenharia extrativista, engenharia civil, petroquímica etc.

29. Os que se opõem a essa ideia, entre os quais o governo australiano e as empresas estrangeiras envolvidas na extração dos recursos no Mar de Timor, alegam que o custo será enorme para Timor e para as empresas que entrarem no consórcio, pois terão que investir recursos próprios em infraestrutura e correr riscos altos, em vez de simplesmente utilizar a infraestrutura já existente. Creem ser melhor para Timor-Leste que o país continue simplesmente a receber royalties, sem riscos e sem custos adicionais. Alegam os australianos que milhões de dólares poderiam ser empregados na melhoria das condições de vida da população, em projetos de saneamento básico, moradia, hospitais, em vez de serem empregados na duplicação de infraestrutura de transporte e exploração de gás.

30. Nos anos de 2018 e 2019, muito se discutiu em Timor-Leste o rumo que o país deveria tomar, até que finalmente o governo decidiu que Timor-Leste participará, de fato, das fases de extração e refino do gás do Greater Sunrise, numa tentativa de dar impulso à industrialização do país. As empresas australianas (em alguns casos subsidiárias de multinacionais de outros países como EUA e Japão, como Conoco Phillips) imediatamente venderam para Timor-Leste, ao preço de algumas centenas de milhões de dólares, a sua participação no consórcio que explorará o poço Greater Sunrise. Timor-Leste detém agora o controle decisório do consórcio.

31. No momento, o país procura parceiros internacionais para participarem do projeto de construção do gasoduto e da refinaria em território timorense. Empresas chinesas são as mais cotadas para assumirem com Timor-Leste a empreitada, com sua capacidade e experiência únicas em projetos e investimentos de grande porte em parceria com países do terceiro mundo. Rumores de que chineses se juntarão a Timor para explorar os poços do Greater Sunrise circulam entre altas autoridades e na imprensa local.

32. Caso esta parceria se confirme, delicadas questões geopolíticas serão trazidas à mesa. Ao retirarem-se totalmente do projeto de exploração do gás do Greater Sunrise, a Austrália (e seu grande aliado na área de defesa no Sudeste Asiático, os EUA) abririam as portas para a China participar de um grande projeto de infraestrutura a menos de 400 km da costa da Austrália, numa ocupação sem precedentes de área tida como de hegemonia americana. Até o momento, não está definido com quem ou exatamente como será levada a cabo a exploração do Greater Sunrise.

Condições Sociais

33. Não se pode deixar de mencionar neste documento as graves condições sociais do país, pano de fundo para tudo o que se passa no Timor-Leste. Não obstante melhoras substanciais desde a independência, o país é inequivocamente um dos mais pobres da Ásia do Leste. Seus indicadores sociais mostram níveis alarmantes de insegurança alimentar, desemprego e subemprego, trabalho infantil, entre outros.

34. O problema da subnutrição tem como consequência elevados

índices de nanismo e raquitismo entre as crianças, segundo o relatório. Chocantes 46% das crianças abaixo de 5 anos apresentam algum nível de raquitismo. 66% das crianças de 6 a 24 meses não consomem uma dieta minimamente diversificada.

35. Os principais fatores que contribuem para a insegurança alimentar crônica no país são: baixa produtividade agrícola; dieta alimentar pobre já arraigada nos hábitos da população; quantidade e qualidade insuficientes na produção de alimentos (e consequente dependência das importações); estratégias inadequadas de sustento alimentar ("livelihood"), com alta dependência de 42% da população em apenas um alimento (principalmente arroz ou "noodles"); condições impróprias de infraestrutura básica, estradas, saneamento básico, acesso à água, irrigação e acesso à escola.

COOPERAÇÃO TÉCNICA (AÇÕES REALIZADAS)

36. A cooperação técnica é a principal vertente das relações bilaterais entre Brasil e Timor-Leste. A cooperação oferecida pelo Brasil, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), caracteriza-se pelo foco na capacitação técnica em áreas diversas, sem transferência de recursos diretamente ao governo timorense, como fazem, por exemplo, a Austrália, Japão, Coreia do Sul, EUA e a UE.

37. Os timorenses demonstram apreço pela cooperação técnica brasileira, inclusive pela boa relação interpessoal que conseguem estabelecer com os cooperantes brasileiros, que contrastam com a distância e o formalismo dos portugueses.

38. A cooperação brasileira iniciou-se praticamente com a independência do Timor-Leste, tendo o primeiro protocolo de cooperação entre os dois países sido assinado em julho de 2000. A cooperação técnica Brasil - Timor-Leste é atualmente amparada pelo Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, firmado em maio de 2002, no dia da independência do país asiático. Desde 2000, cerca de 100 iniciativas bilaterais de cooperação técnica foram executadas sob a coordenação da ABC/MRE em Timor-Leste.

Cooperação Bilateral

39. Atualmente, o programa de cooperação técnica bilateral Brasil - Timor-Leste é composto por oito iniciativas bilaterais e três iniciativas multilaterais no âmbito da CPLP, em diferentes fases de implementação, conforme descritas abaixo.

a) Apoio ao Setor de Justiça de Timor-Leste - Oitava Etapa

40. Desde 2005, um defensor público de carreira brasileiro vem a este país para prestar cooperação pelo período de um ano junto à Defensoria Pública de Timor-Leste (DPTL), em áreas diversas como inspetoria interna, técnicas e procedimentos jurídicos, entre outras.

41. A partir de 2020, por sugestão minha, serão enviados dois defensores públicos brasileiros, pelo período de dois anos, o que possibilitará aos defensores brasileiros maior familiaridade com a realidade do país e consequente aumento da produtividade, ao mesmo tempo em que se aumenta a área de atuação.

42. Realizou-se, em outubro de 2019, missão de prospecção a Timor-Leste da nova fase do projeto com a Defensoria Pública de Timor-Leste, conjuntamente com a Defensoria Pública da União. Acaba de ser assinada a proposta da oitava etapa da iniciativa, que prevê ações de fortalecimento da Inspetoria da Defensoria Pública de Timor-Leste, capacitações em direito penal e direito civil e ampliação do acesso à justiça. O último defensor público brasileiro deixou Timor-Leste em dezembro de 2019 e a chegada dos dois novos defensores foi adiada para o segundo semestre em razão da pandemia de covid-19.

43. Observe-se que a DPTL foi modelada a partir da Defensoria Pública brasileira, por iniciativa do funcionário brasileiro da ONU Sérgio Vieira de Mello, durante sua atuação como administrador do país na transição da ocupação indonésia para a independência.

b) Arquivo Nacional

44. Outro projeto bem-sucedido foi o Apoio Técnico para a Criação e Implementação do Sistema Nacional de Arquivos do Timor-Leste, que durou de 2009 a 2017, e contribuiu para a implementação do sistema nacional do arquivo no país. As instituições públicas passaram a contar com quadro de profissionais devidamente habilitados para desempenhar suas funções de gestores da

documentação produzida, com base nos conhecimentos adquiridos dos especialistas brasileiros em preservação de acervo do Arquivo Nacional do Brasil. O projeto permitiu aos técnicos timorenses velarem pela gestão, recuperação, manuseio, guarda e acesso público dos documentos históricos e oficiais do país. Foi montado pela cooperação brasileira um laboratório de conservação e restauração de documentos no ANTL.

c) Uso do Português na Gestão Estatal

45. A embaixada acompanhou também o desenvolvimento do Programa de Apoio ao Fortalecimento da Administração Pública do Timor-Leste: Consolidação do Uso do Português na Gestão Estatal, levado a cabo entre 2016 e 2017 por professoras do Departamento de Linguística da UnB e que capacitou cerca de 200 funcionários públicos na proficiência da língua portuguesa, indicados pela Comissão da Função Pública. Destaca-se que tanto o Instituto Nacional de Administração Pública quanto a UnB manifestaram-se favoráveis à continuidade e ampliação do projeto de cooperação técnica na formação de professores multiplicadores.

d) Apoio ao Fortalecimento do Parlamento Nacional de Timor-Leste

46. O primeiro projeto de cooperação com o Parlamento Nacional iniciou-se em 2005 e funcionou por vários anos. Durante minha gestão, esta cooperação, que esteve adormecida em anos anteriores, foi retomada em 2019 com a implementação de novo projeto.

47. O atual projeto tem como objetivo aumentar a eficiência e a transparência da produção legislativa do Parlamento Nacional timorense e prevê ações de capacitação e transferência de conhecimento de cunho técnico, notadamente na área de tecnologia da informação, no apoio à implantação da Rádio Parlamento e na estruturação de Centro de Formação Parlamentar. As primeiras atividades iniciaram-se em julho de 2019. Até o momento, três técnicos brasileiros prestaram cooperação ao Parlamento. A Cooperação estava prevista para ter continuidade no corrente ano, mas foi adiada em razão da pandemia de covid-19.

e) Apoio ao Fortalecimento do Serviço de Inteligência de Timor-Leste (SNI) - Fase II

48. A cooperação entre a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e o Serviço Nacional de Inteligência (SNI) teve início em

2010 e desde então vários cursos de curta duração já foram oferecidos, algumas vezes no Brasil e outras em Timor-Leste. O projeto implementado pela ABIN tem como objetivo capacitar o quadro de funcionários do SNI no que tange às funções primordiais da instituição, como a obtenção e produção de conhecimentos de inteligência. Ademais, prevê consultoria da instituição brasileira para apoiar a estruturação da área administrativa do SNI, de forma a fortalecê-lo institucionalmente. Este projeto é um dos melhores exemplos da confiança depositada no Brasil e nas suas instituições pelas mais altas instâncias do governo timorense, pois se trata de área particularmente sensível.

49. O projeto estava previsto para encerrar-se no primeiro semestre de 2020, mas a pandemia de covid-19 fez com que a visita da ABC, agendada para abril deste ano, fosse adiada.

f) Apoio ao Fortalecimento das Capacidades Institucionais do Tribunal de Recurso de Timor-Leste

50. O Tribunal de Recurso (TR) de Timor-Leste (homólogo ao Supremo Tribunal Federal) solicitou apoio do governo brasileiro nas áreas de tecnologia da informação e gestão da administração. Realizou-se, em julho de 2019, missão de prospecção de projeto, com a participação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Foi apresentada ao TR proposta de projeto para cooperação a ser iniciada no segundo semestre deste ano, com a vinda de dois técnicos do CNJ.

g) Capacitação em Direitos Humanos para o Setor de Justiça

51. A Provedoria de Direitos Humanos de Timor-Leste (PDHJ), no âmbito do programa em justiça, solicitou o apoio do governo brasileiro para a realização de ações de capacitação em direitos humanos para juízes, procuradores, defensores públicos e advogados privados. Consultado, o Conselho Nacional de Justiça manifestou interesse em indicar formadores para as referidas capacitações. Assim, está prevista a realização de iniciativa para a execução de dois módulos de formação, no segundo semestre de 2020, a saber: módulo 1- capacitação em direito internacional dos direitos humanos, direito das mulheres, direito das crianças; e módulo 2- capacitação em garantias de direitos, direito das pessoas com deficiência, convenção anti-tortura e sistema prisional.

h) Formação em Língua Portuguesa para a Administração Pública

52. A Comissão da Função Pública de Timor-Leste (órgão responsável pela gestão e treinamento dos recursos humanos da administração pública timorense) propôs-me, em 2019, continuidade das ações de formação em língua portuguesa e ensino do idioma na administração pública timorense, cuja primeira fase foi realizada com sucesso entre 2012 e 2015. Já há anuência da Universidade Federal de Santa Catarina em apoiar a nova iniciativa, que prevê a vinda de dois professores de português para atuarem em diversos órgãos da administração pública local. Missão de prospecção estava agendada para abril de 2020, mas foi cancelada em razão da pandemia de covid-19.

i) Agricultura Ecológica

53. Em 2019, recebi demanda do Departamento de Desenvolvimento Comunitário da Universidade Nacional de Timor-Lorosaé (UNTL) para apoio brasileiro na capacitação de formadores em agricultura agroecológica. Já há anuência da Universidade Federal de Santa Catarina e de professores brasileiros, dispostos a apoiar a iniciativa.

j) Combate à corrupção:

54. Em 2019, a Comissão Anticorrupção (CAC) solicitou o apoio brasileiro para sua estruturação e sistematização. No mesmo ano, contatos foram realizados com o Ministério da Justiça e Segurança Pública brasileiro, notadamente com o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), com vistas ao atendimento da demanda. O DRCI já demonstrou interesse em cooperar com este país. Missão da ABC em abril de 2020 iria tratar do projeto, mas foi adiada devido à pandemia de covid-19.

Cooperação Técnica Multilateral CPLP

55. Além dos projetos bilaterais, merecem menção três projetos de cooperação multilaterais no âmbito da CPLP.

a) Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES/UNILAB)

56. O RIPES é realizado pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), situada no

Ceará. A iniciativa promove o intercâmbio de conhecimento, a mobilidade acadêmica e a formação de cidadãos que contribuam para o desenvolvimento dos estados membros da CPLP.

b) Fortalecimento da Capacidade Política e Institucional de Agentes Governamentais e Não governamentais para a Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência nos Países da CPLP.

57. Esse projeto foi executado pela Secretaria Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. No período compreendido entre 18 a 22 de novembro de 2019, foi realizada missão daquela Secretaria a Díli, que contou com a presença da secretária nacional adjunta da pessoa com deficiência, sua equipe de assessores e representante da ABC. Por ocasião da referida missão, foi realizado curso com carga horária de 30 horas, durante o qual membros de ONGs e funcionários públicos timorenses foram capacitados para promover o direito das pessoas com deficiência.

c) Apoio à Gestão e ao Monitoramento de Recursos Hídricos nos Países da CPLP

58. Este projeto foi implementado pela Agência Nacional de Águas, e busca apoiar os governos dos Estados membros da CPLP no aprimoramento dos instrumentos de gestão e monitoramento dos recursos hídricos na capacitação de funcionários. Técnicos e autoridades de recursos hídricos do Timor Leste têm participado ativamente das atividades do projeto.

Cooperação Técnica Trilateral

- Programa de Execução PMA/Brasil para a Promoção da Cooperação Sul-Sul de Apoio ao Desenvolvimento de Programas Sustentáveis de Alimentação Escolar

59. O Programa é realizado em parceria com o Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA), cujo objetivo é reforçar as capacidades para a adoção, por governos nacionais, de modelos sustentáveis de alimentação escolar baseados em alimentos de produção nacional.

60. No âmbito da cooperação técnica trilateral com países desenvolvidos, registra-se também a parceria com Portugal, por

intermédio do Instituto Camões, para implementação de iniciativa conjunta financiada com recursos da União Europeia e participação, além do Brasil, dos países CPLP, cujo objetivo é contribuir para o aumento do emprego e das atividades geradoras de rendimento nos PALOP-TL, na área cultural.

Cooperação Bilateral na Área de Defesa

61. Militares brasileiros têm colaborado na reconstrução do Timor-Leste desde 1999, quando integraram o contingente da ONU (INTERFET) que atuou na estabilização do país. Na ocasião, foram enviados 70 militares para fazerem parte de uma tropa de Polícia do Exército que apoiava na segurança de autoridades, escolta de comboios, investigações e perícia criminal, segurança do quartel-general, controle de distúrbios e manutenção da ordem.

62. Após essa iniciativa, ficou acordada, por parte do governo brasileiro, a cessão de três assessores para atender necessidades específicas, nos níveis estratégico e operacional: um oficial superior do Exército brasileiro para desempenhar a função de assessor militar do ministro da defesa do Timor-Leste; um oficial superior da Marinha do Brasil para desempenhar a função de assessor militar do ministro da defesa para assuntos relacionados à implementação da autoridade marítima do Timor-Leste; e um oficial intermediário do Exército brasileiro para desempenhar a função de assessor da Polícia Militar das Forças de Defesa do Timor-Leste. Desde então, o número de três oficiais cooperantes brasileiros permaneceu o mesmo.

63. A Missão Maubere é uma atividade de ensino militar de curto prazo, realizada no território timorense, mediante solicitação do Ministério da Defesa deste país. Atendendo ao pedido do governo timorense, o Exército Brasileiro envia uma equipe de seis instrutores e monitores com o objetivo de transmitir a doutrina de emprego utilizada pelas tropas de Polícia do Exército (PE) no Brasil. Após a independência de Timor-Leste, já ocorreram quatro edições da Missão Maubere, em 2005, 2007, 2010 e 2013. As Forças de Defesa de Timor-Leste fornecem a maior parte da infraestrutura e dos meios, em material e pessoal, necessários às instruções, que são desenvolvidas em um período de 16 semanas.

64. Atualmente, três militares prestam cooperação na área de defesa no Timor-Leste: um coronel do Exército (Ministério da

Defesa), um capitão de mar e guerra (Ministério da Defesa) e um capitão do Exército (FDTL). Os três oficiais permanecerão pelo período de dois anos no país, até fim de 2021.

65. O Brasil mantém uma Adidância de Defesa para Timor-Leste. Até começo de 2020, a Adidância de Defesa do Brasil era exercida por oficial da Marinha residente em Tóquio. No começo deste ano, a Adidância de Defesa passou a ser exercida por militar residente em Camberra. O adido de defesa para o Brasil visita Timor-Leste a cada seis meses e cumpre agenda de reuniões com o Ministro da Defesa e outras autoridades locais.

COMUNIDADE BRASILEIRA

66. Cerca de 100 brasileiros residem atualmente no Timor-Leste, ao que se soma fluxo mínimo de turistas. A comunidade é composta de proprietários de pequenos negócios (restaurantes, prestadores de serviços), missionários religiosos, professores universitários, funcionários do governo e funcionários de organizações internacionais. Em geral, têm bom nível educacional e mantêm boa relação com a embaixada, o que é de grande valia para que se entenda o funcionamento das instituições do país, os hábitos dos timorenses e suas particularidades. Um número significativo de membros da comunidade vive há muitos anos no país e presenciaram momentos de crise em 2006 e 2011.

LÍNGUA PORTUGUESA

A Situação da Língua Portuguesa

67. A situação da língua portuguesa no Timor-Leste é de grande complexidade e não está claro quais serão os desenvolvimentos futuros das línguas locais e das línguas que competem como língua dos negócios ou língua nacional.

68. São utilizadas quatro línguas principais no país. A principal é, sem dúvida, o tétum, verdadeira língua franca. Segundo censo de 2015, a parcela da população proficiente em português é de apenas

30% em 2015. A evolução do ensino do português em Timor-Leste entre 2003 e 2014 foi pequena. Ainda assim, segundo informação do Ministério da Educação, o português pode ser considerado o segundo idioma mais falado no país, por ser a língua oficial e ocupar amplo espaço institucional. O indonésio também está muito presente, por ter sido introduzido durante o período de ocupação da Indonésia. O inglês também tem forte penetração, por conta da grande quantidade de australianos e outros estrangeiros não-lusofalantes no país, pela força dos meios de comunicação e por sua influência como língua dos negócios.

69. Há preocupação nos meios governamentais de que o português seja extinto no país, para fins práticos, dentro de 50 anos, dado o avanço do inglês. A simplicidade comparativa do inglês, junto com a sua presença na mídia, na música e nos negócios, faz com que seja opção preferencial de muitos jovens, em detrimento do português.

70. Há demanda para a criação de núcleo de estudos ou de centro cultural da embaixada do Brasil em Timor-Leste, com viés de aperfeiçoamento da língua portuguesa e capacitação de professores, além da promoção da cultura brasileira. Uma dificuldade relevante para um projeto desse tipo seria a formação de um corpo docente habilitado para o ensino do português na variante brasileira.

Promoção da Língua Portuguesa

71. A principal iniciativa de promoção da língua portuguesa em Timor-Leste durante a minha gestão foi a implantação, em agosto de 2019, do Programa de Leitorado do MRE/CAPES junto à Universidade Nacional Timor Lorosae (UNTL), mais importante universidade do país.

72. A leitora brasileira vem desempenhando papel muito importante junto à UNTL, atuando em várias áreas a fim de fortalecer o ensino da língua portuguesa na instituição e no país. Destaco as seguintes atividades da professora: aulas no Departamento de Formação de Professores do Ensino Básico, em cooperação com o Centro de Língua Portuguesa da UNTL; cursos livres para docentes da instituição; apoio na redação de projetos de pesquisa de timorenses com interesse em estudar e pesquisar no Brasil; e aulas no curso de mestrado em ensino da língua portuguesa.

PRINCIPAIS DIFICULDADES E DESAFIOS NA ATUAÇÃO DA EMBAIXADA EM TIMOR-LESTE

a) Apesar de o Timor-Leste necessitar de ampla cooperação em todos os setores de atividades governamentais, uma vez que é um país ainda em construção, com apenas 18 anos de existência, os ministérios timorenses pouco solicitam cooperação à embaixada. Isso se deve talvez à característica da cooperação fornecida pela ABC. O Brasil, diferentemente da maioria dos "países doadores" (Austrália, Portugal, China, Japão, Coréia do Sul, Nova Zelândia e União Europeia, entre outros), não oferece recursos financeiros, mas sim capacitação técnica, o que faz os timorenses recorrerem prioritariamente aos países desenvolvidos em busca de recursos de suas agências de cooperação.

b) No passado, a cooperação mais relevante do Brasil se deu por meio do envio de professores brasileiros ao Timor-Leste e pela ida de estudantes timorenses ao Brasil. O Programa de Qualificação de Docentes em Língua Portuguesa no Timor-Leste (PQLP), finalizado em 2015, foi implantado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com vistas à formação de docentes timorenses. No auge da cooperação educacional, cerca de 50 professores brasileiros lecionaram no Timor-Leste. Antes de assumir as minhas funções no país, procurei retomar o programa junto à CAPES. Esta, no entanto, mudou sua orientação em relação à cooperação internacional e não deu seguimento ao referido programa. O Ministério da Educação de Timor-Leste solicitou-me, em várias ocasiões, a retomada desse programa. O PQLP é frequentemente recordado por altas autoridades timorenses como um programa brasileiro de grande êxito.

c) Apesar de contatos com membros do Ministério da Agricultura local, não foi possível desenvolver projeto de agricultura familiar ou de pequena escala no Timor-Leste. A experiência brasileira na seleção de sementes e adaptação de culturas ao clima e solo secos (características deste país) seria útil para aumentar a deficiente produção de alimentos no Timor. A recente diminuição da atuação da EMBRAPA na esfera internacional dificulta a cooperação técnica na área agrícola, mas iniciativas podem ser

levadas a cabo em parceria com universidades brasileiras com experiência na área.

d) Devido a restrições orçamentárias, não foi possível construir a nova sede da Embaixada do Brasil, na qual funcionará um Centro Cultural brasileiro e um núcleo de estudos, como ocorre em nossas Embaixadas em países da CPLP na África, no excelente e bem localizado terreno cedido pelo governo timorense em 2009. A construção de nova embaixada nesse terreno permitirá expandir as atividades do posto nas áreas de promoção da língua portuguesa, educação e cultura, que são limitadas pelo pequeno tamanho e pela simplicidade da atual sede do posto.

e) Outra dificuldade encontrada para a atuação da embaixada neste país é o fato de que o comércio Brasil-Timor-Leste é praticamente inexistente. Tampouco há investimentos brasileiros neste país, o que faz com que a embaixada deixe de atuar na importante área de promoção comercial.

f) A carência de recursos humanos também é crônica no Timor-Leste. O país é carente de toda sorte de pessoal qualificado em todos os setores da administração pública e no setor privado. A cooperação brasileira não consegue suprir essa deficiência do país, em parte em razão das restrições orçamentárias.

SUGESTÕES PARA O NOVO TITULAR DO POSTO

a) Um setor crucial que pode ser desenvolvido pela Embaixada/ABC em Díli é a cooperação na área de agricultura familiar ou de pequena escala, dadas as características topográficas do país e as suas necessidades alimentares mais urgentes. Timor-Leste importa 90% do alimento que consome e está, por isto, sujeito a grave insegurança alimentar.

A recente redução da participação da EMBRAPA em projetos de cooperação internacional desestimulou a busca por cooperação com essa empresa brasileira, entre especialistas do Timor-Leste. Continuo a acreditar, entretanto, que uma cooperação na área de desenvolvimento agrícola, principalmente na adaptação de novas variedades de sementes ao solo timorense, poderia ser oferecida por universidades ou centros de pesquisas agrícolas brasileiros ao governo de Timor-Leste.

Recordo que a cooperação americana (USAID) logrou introduzir recentemente no Timor-Leste o cultivo do morango em pequena escala na região montanhosa de Aileu. Os pequenos produtores daquela região já vendem a sua produção nos principais supermercados do país. Penso que a cooperação brasileira, por meio da ABC, poderia também introduzir espécies brasileiras de frutas e legumes no mercado local. Ademais, a cooperação japonesa (JICA) está auxiliando os agricultores timorenses a melhorar o cultivo do arroz no país, enquanto a Austrália e a Nova Zelândia ajudam na cooperação agrícola com o Timor-Leste por meio de ONGs.

b) Outra área de cooperação que julgo importante explorar é a capacitação técnica no setor de petróleo e gás. Com as descobertas recentes de vultosos campos de petróleo e gás no Mar do Timor e os planos do governo timorense de construir uma refinaria na costa sul de seu território (atualmente o petróleo é todo refinado e exportado via gasoduto para Darwin, na Austrália), o país necessitará capacitar mão-de-obra técnica neste setor, em vários níveis de conhecimento.

Por enquanto, toda a mão de obra na área de exploração de hidrocarbonetos é estrangeira. A Embaixada/ABC poderia desenvolver projeto de cooperação com o Departamento de Geologia e Petróleo da UNTL e com o Instituto do Petróleo. O estabelecimento de uma cooperação com instituto brasileiro ou mesmo universidades na área de formação de mão-de-obra para a indústria petrolífera poderá ter o efeito de reduzir a dependência timorense de profissionais de outros países.

c) Outra sugestão que faço para o próximo chefe do posto é procurar desenvolver programa de cooperação da ABC, com eventual participação da Fiocruz, contemplando o combate à dengue, que poderia trazer benefícios significativos ao Timor-Leste. Em 2020, já foram registrados cerca de 1.000 casos e oito mortes causadas pela doença. Recorde-se que a ABC já intermediou iniciativa de cooperação na área de saúde, na província de Oecusse, coordenada pela Fiocruz, com foco no combate à tuberculose.

d) Por fim, sugiro também que a Embaixada procure meios de trazer para Timor-Leste a experiência brasileira de construção em larga escala de moradias populares do programa "Minha Casa, Minha Vida". Esse programa seria de grande valia para o Timor-Leste, dadas as

precárias condições de moradia e saneamento do país e a inexistência de programas de larga escala nessa área.

73. Essas são algumas das sugestões que julgo relevantes para estender a cooperação técnica brasileira no Timor-leste, levando em conta não somente as áreas de "expertise" brasileira, mas também as carências setoriais e as urgências estratégicas mais visíveis no Timor-Leste.